

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e
4 quatro, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma presencial a Comissão de
5 Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a
6 presença do senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria
7 de Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Célio Hiratuka, Dirceu Noriler,
8 Hernandes Faustino de Carvalho, José Luis Pio Romera, Ricardo Miranda Martins e Verónica
9 Andrea González-López. Justificaram ausência à Sessão os seguintes membros: Kethlyn
10 Kethriny da Costa Brito e Rodolfo Jardim de Azevedo. Como convidada, compareceu a senhora
11 Lina Amaral Nakata. Compareceram ainda os professores Marcelo Alves da Silva Mori e Silvia
12 Cristina Franco Amaral. Havendo número legal, o SENHOR PRESIDENTE dá início à 172ª
13 Sessão, submetendo à apreciação a Ata da Sessão 171ª, realizada em 31 de outubro de 2024.
14 Consulta se há alguma observação. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é
15 aprovada com 05 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa à Ordem do Dia, com 04 itens, e à
16 Ordem do Dia Suplementar, com 01 item. Inicia pelo item 01 da Ordem do Dia – Nº 01-P-
17 43886/2024 –, que trata da Proposta de Distribuição Orçamentária Unicamp para 2025. Lembra
18 que a LOA é feita com bastante antecedência, em agosto já começam os estudos por parte da
19 Secretaria da Fazenda e passa ainda por uma aprovação final, em dezembro. Então, ela é uma
20 referência, mas sempre sujeita a muitas alterações, como vem ocorrendo nos últimos anos. A
21 LOA em geral tem uma posição bastante conservadora; em termos de receita, ela traz para este
22 ano uma previsão de arrecadação de R\$181,886 bilhões. Isso já pensando na quota-parte do
23 Estado, que é o total da arrecadação descontados os 25% de transferência aos municípios, mais
24 o programa de habitação, como detalhado no Informe Aeplan. Isso representa 10,5% sobre o
25 que estão estimando de arrecadação para 2024, que deve fechar em torno de R\$164,5 bilhões,
26 e 17,89% em relação ao que foi a LOA prevista em 2024. Esses valores vêm, obviamente, muito
27 acima da previsão de inflação para 2025, que está rodando entre 4% a 5%, e somado à previsão
28 de crescimento do PIB paulista, que está em torno de 3%. Portanto, pela primeira vez, a LOA
29 vem descolada do que seria a previsão, que é a inflação mais o PIB paulista. Há outros fatores
30 que podem estar influenciando, mas talvez o principal seja como a Secretaria da Fazenda está
31 entendendo os impactos da reforma tributária sobre a arrecadação paulista. Isso significa que,
32 de R\$181 bilhões, em termos de recursos do Tesouro, para a Unicamp, isso representaria
33 R\$3,994 bilhões, contra R\$3,6 bilhões em 2024, ou seja, um aumento de R\$380 milhões, mais
34 ou menos. A receita total é a soma das receitas do Tesouro com a receita própria, e ela está
35 prevista em torno de R\$4,195 bilhões para 2025, e as despesas previstas para 2025 são da ordem
36 de R\$4,527 bilhões, portanto há uma previsão de um saldo negativo da ordem de R\$331
37 milhões. Sempre trabalham com a ideia de uma despesa realista, que é aquela que efetivamente
38 está prevista para ocorrer, seja do ponto de vista de todos os seus itens, em termos de custeio,
39 em termos de folha de pagamento, de gastos com o pessoal, seja em termos de investimento. A
40 Universidade se utiliza de um instrumento importante, que são as revisões orçamentárias,

1 porque não só as receitas estão sujeitas a oscilações importantes, como também a despesa nem
2 sempre corresponde exatamente ao que estava previsto, dada a dificuldade de realizar essas
3 despesas, como ocorreu em 2024. Partem do pressuposto do que está sendo distribuído, olhando
4 o ano anterior como uma referência, e colocam a despesa como realista e a receita como
5 conservadora, e é isso o que os leva à previsão de um déficit para 2025 da ordem de R\$330
6 milhões. Observam no Grupo X da PDO um aumento significativo dos R\$278 milhões em 2024
7 para R\$338 milhões em 2025. Isso mostra claramente a dificuldade de promover algumas
8 licitações na Universidade, de realizar os gastos plenamente como estavam previstos pela
9 Universidade. Lembra que o Grupo X contém aqueles recursos que já foram distribuídos, mas
10 que nem sempre puderam ser empenhados e muito menos executados. Entretanto, não estão
11 disponíveis para outras destinações, dado que já foram devidamente distribuídos, então é
12 preciso tomar muito cuidado para não entender que isso significa aumento de recursos
13 disponíveis na reserva. Tiveram que considerar na PDO de 2025 algumas questões novas, a
14 começar pelas contratações; aprovaram recentemente no Conselho Universitário a contratação
15 de 780 novos cargos, desde Paepe, 310, já tinham aprovado 185 novos cargos para a Saúde,
16 aprovaram também a distribuição de 120 cargos para docentes, mais os 24 docentes do PCD.
17 Isso tudo, mais o pacote dos órgãos, que totalizam 80, incluindo Depi, Deri, DGA. Além disso,
18 há o novo valor do vale-alimentação, cujo acréscimo é da ordem de R\$40 milhões, a introdução
19 do novo benefício do auxílio-saúde, que seria mais um acréscimo de R\$85 milhões. Há também
20 de diferente no orçamento de 2025 em relação a 2024 os novos contratos da Universidade,
21 lembrando que assinaram já o contrato de manutenção, o de almoxarifado e de limpeza urbana,
22 o que representa também, portanto, aumento de despesas. Por conta do contrato de manutenção,
23 há a expectativa de que isso também vá demandar mais recursos do ponto de vista do programa
24 de manutenção predial. Há também um aumento significativo nos recursos na assistência e
25 permanência estudantil para 2025, serão R\$158,5 milhões, grande parte com bolsas, que
26 sozinhas totalizam R\$77 milhões. Então, ao mesmo tempo em que possuem uma previsão
27 importante de aumento de arrecadação, também precisam considerar, de forma realista, esse
28 aumento de despesas para 2025. Passa a palavra ao senhor Thiago. O senhor THIAGO
29 BALDINI DA SILVA faz uma apresentação com dados detalhados da Proposta Orçamentária
30 para 2025. Estão trabalhando com uma previsão de arrecadação de R\$181,8 bilhões, um
31 aumento explicado em parte pelo fim das desonerações de ICMS, que não estão sendo
32 renovadas, e a tendência é que isso continue acontecendo, aumentando essa arrecadação em
33 2025. Com isso, chegam a R\$3,99 bilhões de arrecadação de recursos do Tesouro do Estado
34 para a Universidade, R\$380 milhões a mais do que ela recebeu em 2024. Em valores reais, é
35 um crescimento de aproximadamente 6% acima de 2024, deixando claro que é muito mais do
36 que um crescimento simplesmente da arrecadação, deve haver outros itens incluídos na conta
37 do Estado. Nas receitas próprias, o valor mais significativo é o das receitas das aplicações
38 financeiras, e somando as duas receitas, chegam a um valor de quase R\$4,2 bilhões. Mesmo
39 assim, faltam R\$331 milhões para atender as despesas aprovadas para o exercício de 2025, e
40 quando se usam as despesas não executadas de anos anteriores, esse valor vai para R\$4,86

1 bilhões. Pensavam em utilizar de suporte financeiro de anos anteriores R\$276 milhões, e para
2 2025 estão trabalhando com R\$337 milhões. Há mais de R\$60 milhões que já estavam previstos
3 para 2024 e não foram realizados, e será explicado na terceira revisão que o déficit previsto vai
4 ser bem menor, muito mais perto do equilíbrio financeiro, mas que deixam para trás um estoque
5 de despesas já aprovadas que tendem a ser executadas em 2025. A receita apresentou um
6 crescimento de 16%, já as despesas tiveram um crescimento por volta de 15%. Nas despesas de
7 pessoal, a novidade é a menção à insuficiência financeira na tabela, e não mais somente no
8 texto. Nos itens de horas extras, plantões, sobreaviso, auxílio-criança, auxílio-educação
9 especial, estão aplicando a correção de 5%, sendo que nas horas extras e plantões já haviam
10 efetuado isso na segunda revisão orçamentária. No programa de desenvolvimento da carreira,
11 para 2025 vai ser um programa muito mais voltado às progressões do que às contratações,
12 porque nesse aumento de pessoal já estão incluídos os 144 docentes que passaram na última
13 CAD, 244 técnicos administrativos de nível superior e mais 300 de nível médio, então
14 imaginam que as contratações da Universidade vêm nesses valores que já estão orçados e não
15 vão entrar nesse programa de desenvolvimento da carreira. Os dois valores que alteram
16 significativamente são o programa do auxílio alimentação, que sai de R\$1.420 para R\$1.800,
17 que gera um impacto para 2025 superior a R\$45 milhões, e a criação do programa de auxílio-
18 saúde no valor de até R\$800 mensais por servidor ativo da Universidade, que gera um impacto
19 total de quase R\$95,6 milhões. Nas sentenças judiciais, o aumento se deve aos precatórios
20 preferenciais, e por isso estão trazendo uma antecipação de R\$3 milhões para dentro dessa linha,
21 pois pagam em 2025 e deixam de pagar em 2026 e 2027. No Grupo III, o gráfico mostra
22 claramente que a Universidade vem reduzindo valores de consumo de água e energia elétrica.
23 Em restaurantes e transportes, há um aumento; no caso dos restaurantes, trazem uma
24 antecipação dos novos valores da nova licitação do restaurante universitário; estão rodando uma
25 licitação com valores superiores ao que está sendo pago, o que é normal, e a tendência é que,
26 com a licitação se realizando, esse valor venha a baixar durante o exercício, mas preferem a
27 segurança e trazer o valor cheio. Além disso, o que tem de inclusão nesse item, que não aparecia
28 nos anos anteriores, é o contrato assinado para restaurantes da DEDIC. Até este ano, entravam
29 aqui apenas os gêneros alimentícios e o contrato das refeições, esses outros gastos estavam em
30 outros itens. Agora trazem todos para cá, que dá um aumento dos restaurantes da DEDIC nessa
31 linha por volta de R\$1 milhão. Em transportes, o que aumenta é que há algumas novas linhas,
32 principalmente em Limeira, e também um novo modelo de contratação dos fretados, em que a
33 Prefeitura, em vez de contratar linhas avulsas, contrata uma única empresa para fazer todas
34 essas linhas. Havia linhas que as pessoas paravam de utilizar, ela ficava estagnada pelo menos
35 por um ano, até acabar a licitação e conseguir alterar. Quando a empresa toma esse contrato
36 total, ela consegue fazer facilmente essas alterações; o valor deve aumentar no início, mas a
37 tendência é que venha a se reduzir com o passar do tempo. Em contratos, aparece um grande
38 aumento: na proposta de 2024, entraram paralelamente contratos de limpeza urbana, de
39 Campinas, Limeira e Piracicaba, o contrato de manutenção predial e o contrato de almoxarifado.
40 Além disso, cita o contrato de lavanderia do HC, que também sofre um aumento de quase 40%

1 em virtude da nova licitação. Estão incluindo um novo contrato de quadras; antes os contratos
2 de manutenção das quadras cuidavam apenas da FEF, agora o novo contrato cuida das quadras
3 tanto da FEF como do Saturnino, e é um contrato que também está tendo uma nova modelagem,
4 até por causa da cobertura das quadras, e isso explica o aumento significativo nessa linha de
5 despesas. No Grupo VI - Programas de Apoio, na linha de Manutenção da Infraestrutura o
6 aumento é baseado principalmente no suporte que é dado à prefeitura do *campus* de Limeira, à
7 qual está sendo concedido R\$1 milhão a mais. Com a criação da prefeitura, ela ganha outros
8 afazeres além dos que a SAR fazia. O Programa de Manutenção Predial tem o maior aumento
9 desse grupo, pois com a aprovação da licitação do contrato de manutenção, passam de um
10 contrato de R\$8 milhões para quase R\$30 milhões anuais. Parte do recurso já aprovado para ser
11 gasto em manutenção predial está sendo distribuído para as unidades, para a Administração
12 Central, e imaginam que isso vai ajudar esse contrato a funcionar dentro das unidades. A Aeplan
13 e a Prefeitura possuem o compromisso de acompanhar a execução nesse primeiro ano de
14 contrato, para fazer algum ajuste nessas linhas, caso seja necessário. Estão aplicando um
15 reajuste aqui por volta de 15% no programa de qualificação orçamentária, em apoio às unidades.
16 Em apoio à pesquisa, foi solicitado pela PRP e estão fazendo um aumento de pouco mais de
17 R\$3 milhões nos valores do Faepex, um programa que foi bastante utilizado este ano, e a
18 tendência é dar continuidade nisso em 2025. Nos outros programas, os principais aumentos são
19 em programas de bolsas e nos programas relacionados às atividades de ensino; as bolsas de
20 auxílio social estão com reajuste de 5% e houve a inclusão de algumas outras bolsas que foram
21 solicitadas, principalmente pela PRG. Na bolsa de auxílio social, estão incluindo 130 bolsas,
22 194 bolsas de auxílio moradia e mais 100 bolsas de auxílio moradia estúdio, sendo que esta tem
23 foco principalmente nos indígenas que estão chegando e trazem a família. Isso dá um impacto
24 de quase R\$6 milhões nas bolsas. Além disso, fazem toda a atualização dos valores de bolsas
25 que são baseados na tabela salarial ou nas bolsas Capes, Fapesp, Pibic. Nos outros programas
26 relacionados ao ensino, o principal ponto de diferença é um aumento de R\$3,3 milhões no
27 Programa de Estágio Docente, onde estão sendo suplementadas 38 bolsas PED-B e 47 bolsas
28 PED-C, que são as principais alterações desse programa. O restante dos programas foi mantido
29 nos valores atuais, sem nenhum aumento, somente algum ajuste pontual, sem grandes
30 alterações. No custeio, trazem uma suplementação maior, de R\$1,2 milhão para pagamento de
31 despesas institucionais, que são despesas de passagens aéreas, diárias e auxílio funeral. É uma
32 linha que existe dentro da Reitoria para pagamento dessas despesas, cujos valores percebem
33 que vêm aumentando nos últimos anos. Acabaram utilizando todo o saldo disponível, então
34 orçamentam isso para 2025. Além de algumas suplementações pontuais, como para a Depi, para
35 a Cocen, alocam recursos, pela primeira vez, para o custeio da Deape, que é uma nova diretoria
36 executiva. Esse valor, no total, tende a não aumentar frente a 2024, porque, como as unidades
37 têm liberdade de uso desse recurso de custeio, muitas fizeram novos contratos e esse valor sai
38 do custeio para arcar com esses contratos. O Grupo VIII - Projetos Especiais não sofreu grandes
39 alterações; os aumentos mais significativos foram na reserva técnica, para pagamento de
40 reajuste das cláusulas contratuais já previstas, e na reserva de contingência, relativo ao reajuste

1 salarial, ou para alguma queda de arrecadação. Durante o ano, a tendência é esse déficit diminuir
2 e não aumentar. Uma novidade é que, além da aquisição de livros para graduação e pós-
3 graduação, pela primeira vez entra um pedido de livros para a biblioteca da Cocen. Alguns
4 programas que constam aqui e que já passaram na segunda revisão orçamentária são para os
5 recursos para apoio aos editais de apoio da ProEEC e o Programa de Preceptorias da FCM. De
6 novidade mesmo o que aparece é o Programa Tutorias, no valor de R\$100 mil, e apresentam
7 aqui investimento para a Depi de R\$20 milhões e de R\$22 milhões para investimentos diversos,
8 contemplando desde investimentos no ciclo básico até o plano de contratação anual e o edital
9 de infraestrutura dos grandes centros da PRP. Em relação às despesas de receita própria, que é
10 um recurso que volta para as unidades, foi mantido o que vem acontecendo normalmente nas
11 alíneas e abaixa um pouco o valor para R\$6,4 milhões. No Grupo X, há um aumento de R\$276
12 milhões para quase R\$338 milhões. Veem um acúmulo de mais de R\$50 milhões de recursos
13 que já estão nas unidades e não foram executados, mas também de programas a serem liberados
14 de mais de R\$9 milhões. Com isso, as despesas da Universidade chegam aos R\$4,8 bilhões.
15 Informa ainda que quase R\$159 milhões são aportados na assistência e permanência estudantil
16 e na assistência a servidores um valor ainda maior, R\$444 milhões, principalmente pelo
17 aumento do auxílio-alimentação e pelo auxílio-saúde. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz
18 que, no orçamento de 2024, votaram uma peça que autorizou a Universidade a executar um
19 orçamento com um déficit no início do ano de mais de R\$320 milhões. Na segunda revisão,
20 essa autorização passou a R\$355 milhões, e de final de agosto até agora, por força da
21 circunstância, da arrecadação, da redução das despesas, a Universidade cumpriu um papel
22 importante porque vai fechar o orçamento de 2024 em equilíbrio. Não devem se esquecer que
23 possuem autorização para um orçamento com déficit de R\$355 milhões, até a última reunião
24 da COP. Houve um crescimento bastante significativo da arrecadação do ICMS, divulgado
25 apenas no final do ano, mas desde abril o Fórum das Seis já vinha apontando isso. As despesas
26 que estão sendo colocadas são necessárias, inclusive a que o sindicato protocolou na segunda-
27 feira do prêmio de R\$10 mil, que cabe perfeitamente na execução desse orçamento de 2024. A
28 Universidade está autorizada a fazer isso, e é possível diante da economia e do excesso de
29 arrecadação. A apresentação do senhor Thiago mostrou as despesas elencadas no orçamento
30 com valor cheio. Por exemplo, o auxílio-saúde está constando como R\$85 milhões, mas a
31 avaliação da ADunicamp e do STU é que, no modelo atual, não vai passar de 50% a 70%.
32 Portanto, as despesas tendem a diminuir ao longo de 2025, ou então se paga o auxílio-saúde
33 para todos e deixam para solicitar a prestação de contas no final, que é a proposta inicial das
34 três entidades. Se fosse isso, tudo bem colocar os R\$85 milhões, mas a proposta é bastante
35 restritiva. Ela prevê só convênio de saúde, de dentista e o Iamspe. Os dependentes também têm
36 uma restrição grande. Quem está no plano de saúde pela empresa em que o cônjuge trabalha
37 também não basta fazer inscrição, tem que comprovar o pagamento. Então, tudo isso vai
38 restringir muito a quantidade de servidores que vai utilizar o auxílio-saúde e portanto é uma
39 despesa que não vai se realizar integralmente. Isso mostra que o prêmio de R\$10 mil cabe tanto
40 do ponto de vista da autorização que possuem na execução de 2024, quanto do ponto de vista

1 de 2025, em que a despesa é estimada toda cheia, tanto das contratações quanto do PPI. O PPI,
2 por exemplo, deve iniciar os pedidos por volta de abril, porque vão aprovar nas instâncias,
3 depois vão vir os pedidos das unidades, então isso é para o próximo mandato. Pelo que tem
4 visto, as três candidaturas para a Reitoria postas para o ano que vem têm compromisso com a
5 revisão orçamentária. Está sendo transferido do Grupo X o valor de R\$268 milhões para o ano
6 de 2025, mas a média dos últimos dez anos nessa despesa é de R\$10 milhões ao ano. Além
7 disso, nesta peça orçamentária há uma redução de cerca de 40% para a Carreira Paepe. No ano
8 passado, estavam orçados R\$35 milhões e foram executados R\$28,5 milhões. Nos anos
9 anteriores, em média R\$30 milhões o executado. E para esse ano de 2025, está baixando para
10 R\$21 milhões, então pergunta se não seria possível voltar pelo menos ao que era o ano passado,
11 os R\$35 milhões. Outra questão é sobre o auxílio-criança, que é uma despesa que tem um
12 impacto pequeno, se não seria possível ampliar o reajuste de 5% para 10%. No caso da Educorp,
13 houve um pedido inicial de R\$3,5 milhões, que ao longo da execução orçamentária foi
14 autorizado, agora na peça está colocado R\$1,4 milhão. Pergunta se é possível reavaliar esses
15 números da Educorp, na primeira revisão, para ampliar os recursos da capacitação de
16 servidores. O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS diz que há ótimos avanços na
17 proposta para 2025, uma delas é o aumento do PMP, na expectativa de que talvez esses novos
18 contratos façam as unidades gastarem um pouco mais nessa rubrica de manutenção predial.
19 Precisam acompanhar quanto vão ficar os custos, porque as obras e compras de coisas de
20 manutenção já têm ficado bem caras, portanto principalmente em unidades que têm prédios
21 muito antigos, que demandam manutenção constante, tem sido um pouco complicado fazer isso
22 usando somente a verba do PMP. Uma boa melhoria também é na verba do Paeg, com um
23 aumento de 15% que é uma excelente notícia para as unidades. O aumento de orçamento no
24 programa PED também é muito importante, lembrando que algumas unidades já têm uma
25 solicitação antiga de receber uma cota extra no PED, por conta das disciplinas de serviço. O
26 aumento do Faepex também é realmente uma ótima notícia. Apoia a solicitação do senhor José
27 Luis de aumentar um pouco mais o auxílio-criança e o auxílio-criança especial, até porque esse
28 reajuste de 5% não é o reajuste que tem sido praticado, por exemplo, pelas escolas. Além disso,
29 propõe para as próximas peças orçamentárias que o valor do auxílio-criança especial seja o
30 dobro do auxílio-criança, tendo em vista que é pago a poucas pessoas. Nos programas
31 acadêmicos, percebeu que o programa PAD ficou com o mesmo valor, e talvez seja o caso de
32 reajustá-la também nos tradicionais 5%, passando de R\$623 para R\$654. Sempre acha que as
33 bolsas para os alunos de graduação acabam tendo um efeito social benéfico, por serem uma
34 renda para o aluno, e são valores que interferem muito pouco no orçamento da Universidade.
35 Também é uma excelente notícia a rubrica nova desse programa de tutorias, que está sendo
36 criado pela PRG com a participação inicial do Imecc e do IEL, para dar suporte a estudantes do
37 primeiro ano que entram com muita defasagem em matemática e língua portuguesa. O programa
38 de pós-doutorado com verba orçamentária própria foi um sucesso, as unidades gostaram
39 bastante, e acha que ele deve ser permanente, enquanto a saúde financeira da Universidade
40 estiver sob controle. Sugere que avancem nesse sentido, talvez seguindo o exemplo de algumas

1 universidades do exterior, que têm bolsas totalmente de elite, chamadas Presidencial
2 Scholarship. São bolsas de doutorado, padrão Fapesp, e acha que a Unicamp poderia criar um
3 programa desse; não é algo que custe muito, por exemplo, se cada programa da Unicamp
4 recebesse uma bolsa de mestrado e doutorado no padrão Fapesp, seriam R\$35 milhões, diluídos
5 em alguns anos. Tendo em vista o sucesso que foi o edital de pós-doutorado, talvez pudessem
6 criar essas bolsas de mestrado e doutorado. Sobre o programa de estágio da Unicamp, acha que
7 várias unidades têm a reclamação de às vezes não conseguir completar as vagas de estágio, ou
8 a pessoa entra no estágio e logo sai. Talvez isso aconteça porque o valor que estão pagando é
9 baixo, comparado com outras instituições do mercado que também contratam estagiários
10 remunerados. Então, acha que deveriam, em um horizonte de curto prazo, refletir um pouco
11 sobre o valor que estão pagando nesse estágio, porque programas de *trainee*, hoje em dia, pagam
12 até R\$5 mil, enquanto a Unicamp está pagando cerca de R\$1.500. Os estagiários não substituem
13 os servidores Paepe, mas ajudam bastante nas tarefas administrativas do dia a dia. O Professor
14 HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO pergunta sobre a redução dos valores dedicados
15 ao PAT-C, na contramão de todos os outros itens, que aumentaram. O Professor CÉLIO
16 HIRATUKA diz que é muito importante a expansão de alguns itens, como recursos para
17 manutenção predial, ampliação das bolsas de permanência, e destaca a importância do Faepex,
18 cuja ampliação de recursos atende a uma gama muito grande de professores. Concorda com o
19 professor Ricardo que a ampliação dos PEDs é fundamental, e por mais que tenha tido algum
20 reajuste há pouco tempo por parte da Capes, é muito difícil para o aluno se manter aqui com
21 uma bolsa de doutorado. A permanência do aluno de doutorado é muito difícil, então um
22 aumento no valor da bolsa ajudaria. O Professor DIRCEU NORILER reforça a fala do professor
23 Ricardo, especialmente em relação ao recurso que está reservado para o PMP. Têm percebido
24 dentro das unidades uma necessidade muito grande de fazer manutenções, em determinados
25 momentos até grandes manutenções, e o recurso de PMP não é suficiente. Ele teve um bom
26 acréscimo, mas as unidades ainda carecem de investimento em manutenção. O serviço
27 centralizado de manutenção vai ajudar muito e vai ficar mais barato para a Universidade, mas
28 para as unidades vai ficar mais caro, porque hoje elas gastam só com material, possuem a mão
29 de obra. E agora vão ter que pagar pela mão de obra e pelo material, então devem pensar em
30 como vão realizar essas manutenções, se aglutinam solicitações de manutenção e fazem
31 programas centrais, a exemplo das pinturas e trocas de telhados de alguns prédios. Tem uma
32 dúvida em relação ao recurso que está reservado para desenvolvimento de carreira, bem inferior
33 ao que foi reservado nos últimos dois anos. A Professora VERÓNICA ANDRÉA GONZÁLEZ-
34 LÓPEZ diz que concorda com os comentários dos colegas, e acrescenta que é importante
35 manter uma atenção especial dessas manutenções no CB e PB, como arrumar os aparelhos de
36 ar-condicionado, porque isso se reflete nas condições de trabalho e condições de ensino.
37 Pergunta em qual rubrica ficam os custos de bibliotecas de colégios, compra de livros etc. O
38 SENHOR PRESIDENTE diz, sobre os recursos para manutenção predial, que isso vai ser
39 realmente um aprendizado. Vêm distribuindo recursos, reconhecem até que era realmente um
40 montante baixo, eram cerca de R\$5 milhões para todas as unidades, tirando a área da Saúde, e

1 que sequer vinham sendo plenamente utilizados. A dificuldade de gastar foi um dos fatores que
2 ajudou a formar aqueles recursos represados dentro do Grupo X, que contém recursos de
3 investimento, mas também de programas. A expectativa é que com a assinatura do contrato de
4 manutenção consigam acelerar a utilização desses recursos. O professor Dirceu tem razão, pelo
5 contrato certamente fica um custo mais elevado, porque além do material, estão incluindo a
6 mão de obra. Por outro lado, vai facilitar no sentido de a própria empresa que vai adquirir parte
7 desses insumos, o que ajuda na gestão de compras da Universidade. Mas há o recurso que está
8 sendo distribuído na forma da manutenção predial e vão avaliando como acelerar. Sobre o que
9 mencionou o professor Célio, o aumento do Faepex não é suficiente, mas é o percentual que
10 puderam conceder, e lembra que está em andamento na Universidade o Programa de Incentivo
11 a Novos Docentes, que foi estimado com uma demanda maior do que efetivamente tem se
12 verificado. Estenderam isso à Carreira PQ, mas dos recursos previstos, que eram R\$60 milhões,
13 não conseguiram utilizar metade. Podem trazer futuramente parte desses recursos para o
14 Faepex, que é muito importante, ele realmente ajuda, permitindo participação em congressos,
15 seminários internacionais. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz, respondendo à
16 professora Verónica, que as bibliotecas dos colégios recebem os valores da Biblioteca Central,
17 das rubricas de aquisição de livros para bibliotecas e assinaturas de periódicos, mas não sabe
18 dizer exatamente qual é a distribuição e quanto vai para cada colégio, pois isso fica a cargo da
19 BC. Não se recorda de ter havido nenhum pedido excepcional para colégio. O SENHOR
20 PRESIDENTE diz que, em relação ao auxílio-saúde, mencionado pelo senhor José Luis,
21 possuem um compromisso de tentar o mais rápido possível implementar o programa. Pelos
22 planos mediados pelo GGBS, há 3.500 servidores vinculados, sendo a comprovação
23 automática, facilitando muito o trabalho. Fora isso, precisam recolher os dados de quantos são
24 vinculados aos convênios mediados pelo STU e pela ADunicamp e os demais que vão ser
25 aceitos. Imaginam que o programa vai começar a funcionar, provavelmente, já em fevereiro, e
26 colocaram na PDO os recursos para avaliar; se esses recursos forem além, as despesas vão
27 sendo calibradas ao longo do ano. O senhor EVERALDO PINHEIRO diz que se implantarem
28 hoje, com os números que já possuem nos bancos de dados, com os dados de desconto em folha,
29 incluindo o Iamspe, a Unimed do GGBS, a Beneficência do GGBS e mais os planos da
30 ADunicamp e STU, 6.403 servidores seriam contemplados com o auxílio-saúde. O SENHOR
31 PRESIDENTE diz que então isso justifica já preverem todos esses recursos. O senhor THIAGO
32 BALDINI DA SILVA diz, respondendo ao professor Hernandez, que no PAT-C entram os
33 valores dos sistemas corporativos de base geral e ele sofre muitas variações. Um item que
34 sempre dá diferença é o antivírus, cujo contrato é por dois anos, e há outras despesas que são
35 trianuais, por isso essa oscilação nos valores. O que entrou em alguns anos anteriores, que não
36 há agora, são valores de equipamentos, porque esses equipamentos vão ser tratados no recurso
37 do PPI. Também há uma redução referente ao projeto piloto da alocação de 500 computadores,
38 que entrou em 2024 mas ainda não começou, deve começar no início de 2025; estão colocando
39 só a diferença dos recursos que já existem para a alocação de mil computadores. Esse também
40 é um fator que ajudou a baixar um pouco os valores, mas observa que tudo o que foi solicitado

1 nesse item foi alocado dentro da PDO. Sobre a Educorp, citada pelo senhor José Luis, a
2 expectativa é, considerando todos os projetos, de um gasto de R\$3,1 milhões no exercício,
3 estando orçamentado R\$1,4 milhão. Entretanto, lembra que 5% da contrapartida dos servidores
4 ao Vale-Refeição é encaminhado metade para a Educorp, metade para a DEdIC, o que gera
5 mais R\$2 milhões para eles. Então, eles saem inicialmente com R\$3,4 milhões no exercício. O
6 SENHOR PRESIDENTE lembra que alocaram mais de R\$90 milhões do PPI para TIC, e há
7 mais demandas que aguardam mais recursos do PPI. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA
8 diz que na manutenção predial vinham encaminhando para as unidades algo em torno de R\$4,6
9 milhões ao ano, e viram que no final de 2024 há um saldo de mais de R\$10 milhões nessa linha.
10 Entendem que algumas unidades juntam três, quatro orçamentos para conseguir executar uma
11 obra, estão acompanhando o saldo, vão acompanhar essa solicitação e, caso necessário, trazem
12 nas próximas revisões algum acerto desses valores. Sobre auxílio-criança e auxílio-educação
13 especial, solicita confirmação de qual a proposta dos conselheiros, para que possa calcular o
14 valor. O SENHOR PRESIDENTE diz que, se entendeu bem, a proposta do professor Ricardo
15 seria, em vez de um aumento de 5%, que fosse um aumento de 10%. O Professor DIRCEU
16 NORILER diz, em relação ao Programa de Desenvolvimento de Carreiras, que entendeu que
17 aquele valor é quase que exclusivamente para a progressão. Mas lhe chamou a atenção que o
18 valor é bem inferior ao dos últimos anos; não entendeu se essa previsão é baseada na demanda
19 ou se houve um corte na disponibilização de recursos. O SENHOR PRESIDENTE responde
20 que as duas coisas. Estão indo para uma quarta rodada de progressão, e conforme aprovado nas
21 instâncias da Universidade, houve redução do interstício para dois anos de quem fez a
22 progressão horizontal e foi mantido o interstício de três anos para a progressão vertical. Então,
23 o número é inferior de pessoas que estão aptas agora a participar da rodada de 2025, e o recurso
24 também foi reajustado. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que, sobre o reajuste do
25 PAD, não recebeu solicitação de aumento de valor por parte das pró-reitorias, por isso
26 mantiveram o valor. Mas se a COP quiser fazer o aumento, podem encaminhar, o que geraria
27 um acréscimo de R\$156 mil, segundo o cálculo do professor Ricardo. O SENHOR
28 PRESIDENTE diz que vai encaminhar a concessão para o auxílio-criança e para o auxílio-
29 educação especial de 10% de reajuste, e não mais 5%, e para o PAD um reajuste de 5%. Não
30 havendo mais observações, submete à votação a PDO 2025, com as modificações sugeridas,
31 que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 02 – Nº 01-P-43553/2024, que trata da
32 concessão de vale-alimentação extra natalino, no valor de R\$1.420, a ser pago em dezembro de
33 2024 aos servidores ativos da Unicamp. Essa foi uma demanda da comunidade que se for
34 aprovada aqui terá que passar ainda pela CAD e pelo Conselho Universitário orçamentário. O
35 custo disso é de R\$12,6 milhões. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ
36 parabeniza o STU e a Reitoria por terem conseguido um acordo importante para reconhecer o
37 corpo de servidores da Universidade. Acredita que esse é o caminho certo, negociar e encontrar
38 um termo adequado que deixe minimamente confortáveis os agentes da negociação. O senhor
39 JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que foi importante esse período de jornada de lutas que o STU,
40 a ADunicamp e os trabalhadores fizeram e que englobou duas paralisações por parte dos

1 funcionários. Vão pleitear novas reuniões de negociação, já está garantida pelo menos uma em
2 março, já por conta da rodagem do auxílio-saúde, que ficou definida na última reunião técnica
3 com o professor Paulo César. E acha que, agora, aprovando por unanimidade os R\$10 mil de
4 prêmio, fecharia com chave de ouro as negociações nesse final de ano. Estão de parabéns todas
5 as entidades, todos os trabalhadores que participaram e que torceram por essa jornada de lutas.
6 Acha que todos serão vitoriosos. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE
7 submete à votação a concessão do vale-alimentação extra natalino, que é aprovada por
8 unanimidade. Passa ao item 03 – Nº 01-P-43576/2024 –, que trata da criação do auxílio-saúde
9 para os servidores ativos da Unicamp, no valor mensal de até R\$800, a vigorar a partir de 1º de
10 janeiro de 2025. Isso também fez parte das negociações junto às entidades sindicais e é um
11 pleito antigo dentro da Universidade. Talvez a Unicamp tenha vindo até tarde com a
12 possibilidade de concessão desse benefício, tendo em vista que o Ministério Público o concede,
13 assim como o Tribunal de Contas e as outras duas universidades públicas paulistas. Trata-se de
14 um benefício com todos os méritos, que vão financiar com os recursos de 2025. Passa a palavra
15 para o senhor Everaldo para que ele dê os números, lembrando que a implementação não é uma
16 coisa trivial, ela envolve todo um sistema, pois estão falando aqui de quase nove mil servidores.
17 O senhor EVERALDO PINHEIRO diz que, a pedido do Gabinete do Reitor, a DGRH preparou
18 uma minuta para ser apresentada no próximo Consu. O benefício será para todos os servidores
19 que forem titulares de um plano de saúde autorizado pela Agência Nacional de Saúde
20 Suplementar - ANS, pode ser plano odontológico também, e para quem tem o Iamspe. É
21 estendido para os dependentes, que são cônjuge, filhos de até 21 anos ou 24 anos estudantes,
22 universitários ou do ensino médio, e para dependentes com portadores de necessidades
23 especiais, independentemente da idade. Ele é limitado ao valor de R\$800, ou seja, se um
24 servidor mais jovem tem um plano de saúde de R\$300, ele vai receber R\$300. E também se ele
25 passar de R\$800, vai ser limitado a R\$800. A competência é a partir de janeiro, ou seja, vai
26 receber no quarto dia útil de fevereiro. Existe uma cláusula de disposição transitória que tem
27 toda uma implementação, se não for possível pagar na folha competência janeiro, ele será
28 retroativo. Entregaram a minuta e deram prazo até sexta-feira para as entidades apresentarem
29 sugestões. Constou nessa minuta tudo o que possuem a garantia jurídica, e ela será apreciada
30 no próximo Consu; aguardam essa autorização para que façam a implementação. Já passou o
31 número de servidores que consta na base de dados, 6.400, e aqueles servidores que têm planos
32 de saúde externos terão que apresentar a inscrição no plano e comprovar anualmente que ele
33 continua no plano. Se ele sair do plano, ou se sair algum dependente, ele faz a atualização no
34 sistema. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que hoje na sede do STU discutiram a minuta
35 e fizeram uma série de propostas de alterações que vão protocolar na Reitoria, no GGBS e na
36 DGRH. A questão da saúde preventiva é fundamental, assim como a questão da saúde mental
37 e dos medicamentos. Há várias situações que os planos às vezes não cobrem e é necessário que
38 o servidor tenha esse recurso para poder tratar da sua saúde. O item principal da proposta é que
39 a Universidade pagasse os R\$800 e a pessoa procurasse por conta dela esse tratamento de saúde,
40 que pode ser preventivo ou não. Ainda não foi possível, estão pleiteando novas negociações

1 que estão garantidas apenas para março, pois o professor Paulo César tinha pressa de rodar essa
2 proposta o mais rápido possível para pagar em janeiro, mas que vai seguir a negociação. Outros
3 pedidos de alteração, como inclusão de dependentes pai e mãe, sogro e sogra, foram discutidos
4 hoje e vão ser apresentados até sexta-feira para a Reitoria. O Professor DIRCEU NORILER
5 saúda o estabelecimento de um programa de auxílio-saúde, que é muito importante no sentido
6 de terem algum tipo de paridade com os demais órgãos públicos. Sugere uma ampla divulgação
7 e sensibilização e, além disso, esclarecimento da comunidade. O assunto foi comunicado por
8 uma mensagem vinda do Gabinete do Reitor, mas as pessoas estão com muitas dúvidas. Por
9 exemplo, se o servidor for dependente de um plano familiar, em que ele não é o titular, se ele
10 vai poder receber o ressarcimento ou não. Portanto, sua sugestão é que, no momento em que
11 forem definidas as regras, seja feita uma ampla divulgação e esclarecimento para toda a
12 comunidade da Unicamp. O SENHOR PRESIDENTE lembra que a competência da COP é a
13 aprovação dos recursos, não vão tratar o detalhamento do programa; o que estão avaliando aqui
14 é que um programa que dê subsídio da ordem de R\$800 reais, no limite, para todos, teria um
15 custo de R\$85,5 milhões. É uma despesa que consideram cheia, até pelos números que o senhor
16 Everaldo apresentou, mas certamente todos esses detalhamentos e a divulgação dessas
17 informações, como sugere o professor Dirceu, são fundamentais. O Professor RICARDO
18 MIRANDA MARTINS diz que o parágrafo único do artigo 1º gerou dúvidas em algumas
19 pessoas da comunidade, porque o artigo 1º estabelece que o benefício será concedido aos
20 servidores ativos, e o parágrafo único diz que considera os servidores ativos ou os contratados
21 a um prazo determinado. Acha que poderiam redigir de uma forma melhor. Outra dúvida que
22 surgiu é como fica a questão desse auxílio para fins de imposto de renda. O SENHOR
23 PRESIDENTE responde que esse é mais um esclarecimento a ser feito à comunidade. O senhor
24 EVERALDO PINHEIRO confirma que, assim que for aprovada a minuta no Consu, a DGRH
25 fará uma instrução normativa para detalhar o passo a passo. A Professora VERÓNICA
26 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ pergunta como se chegou ao valor de R\$800. O SENHOR
27 PRESIDENTE diz que consultaram os valores pagos pela USP, Unesp, Prefeitura de Campinas
28 e várias outras instituições. Com base nisso, fizeram simulações, e o conceito que os balizou
29 foi de fazer um programa progressivo, e não regressivo. O valor médio a que chegaram levou
30 em consideração o que era possível pagar a nove mil servidores. Chegou-se a um programa
31 progressivo permitindo que sejam incluídos, até o limite de R\$800, os dependentes
32 descendentes e alguns casos excepcionais. Essa é uma demanda antiga da comunidade da
33 Unicamp e que vão atender dentro das possibilidades. Não havendo mais observações, submete
34 à votação a autorização dos recursos para a criação do auxílio-saúde, que é aprovada por
35 unanimidade. Passa ao item 04 – Nº 01-D-43952/2024 –, que trata do Calendário de Reuniões
36 COP 2025, em que há uma correção a ser feita: a reunião do dia 19 de junho passa ao dia 18 de
37 junho, pois dia 19 é feriado. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, com
38 a modificação apontada, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 01 da Ordem do Dia
39 Suplementar, que trata da proposta de Prêmio de Desempenho Acadêmico Institucional da
40 Unicamp, assinada pelos professores Hernandes Faustino de Carvalho, Maria Silvia Viccari

1 Gatti, Marcelo Alves da Silva Mori e Rodolfo Jardim de Azevedo e pelo senhor José Luis Pio
2 Romera, no valor de R\$10 mil, a ser pago a todos os servidores ativos e professores
3 colaboradores, utilizando recursos da reserva estratégica da Universidade. Considera que a
4 proposta veio através de uma carta muito mal redigida, que traz muitas desinformações,
5 confusões e inverdades. Primeiro, obviamente, que ninguém está discutindo aqui o desempenho
6 acadêmico desta Universidade, não precisam de *ranking* para saber disso, sabem a excelência
7 que é a Unicamp e todos trabalham para isso, independentemente de qualquer tipo de
8 premiação. Também não precisam discutir a questão do aumento de produtividade, que não
9 sabem se é um bom indicador para se medir a Universidade, mas todas as categorias, todas as
10 carreiras dentro desta Universidade trabalham com afinco. Esta Universidade é um conjunto,
11 não seria possível ela ser o que é se não fosse a contribuição de todos os servidores. Outro ponto
12 é que, ainda que sirva algumas vezes de referência, o princípio de paridade, tentando comparar
13 USP, Unicamp e Unesp, não cabe, pois são diferentes em tudo, sobretudo na estrutura de
14 receitas e despesas. Tem repetido isso sistematicamente há mais de um ano, quando vem
15 debatendo não apenas pacotes de benefícios, mas distribuição de cargos e questões do dia a dia
16 da Universidade. Não tem a menor dúvida de que a Unicamp é o que é hoje pela contribuição
17 dos servidores aposentados, mas diferentemente da USP, eles estão muito mais na folha de
18 pagamento, representando 43% dela. Na USP, eles são apenas 21% da folha. Se a Unicamp
19 tivesse o mesmo percentual, sobraria para gastar com pessoal, com ativos ou com custeios,
20 R\$600 milhões a mais do que tem hoje. Isso só vai se acomodar daqui a 30 anos, quando
21 começarem a ter uma estabilidade onde a folha não vai continuar sendo pressionada, desse
22 ponto de vista, pelas aposentadorias. Embora a USP seja, em termos de orçamento, 150% maior
23 que a Unicamp, quando olham para a insuficiência financeira, a da Unicamp é R\$850 milhões
24 e a da USP é apenas R\$50 milhões a mais. Portanto, não é possível comparar essas duas
25 estruturas e exigir que a Unicamp tenha a mesma capacidade de gasto que tem a USP. Além
26 disso, diferente da USP e da Unesp, que autarquizaram suas áreas da Saúde, a Unicamp
27 permanece com a área da Saúde dentro do seu orçamento. Dois terços saem do orçamento, um
28 terço apenas é coberto pelo SUS. Em relação ao item que foi colocado na carta, da manutenção
29 e atratividade de servidores, ela chega a ser ofensiva. Não é verdade que a Unicamp não é
30 atrativa, basta ver o número de candidatos aos concursos para profissionais de nível médio e
31 nível superior, assim como o número de candidatos nos concursos docentes. Também não é
32 verdade que as pessoas estão vindo e estão indo embora, já que o quadro da Universidade vem
33 crescendo. Vão atingir, provavelmente, com essa distribuição que aprovaram no Conselho
34 Universitário, o mesmo número de docentes de 2016, apesar das aposentadorias. Com relação
35 à reserva estratégica, ela já está comprometida com os critérios definidos pela própria COP e
36 aprovados pelo Conselho Universitário, e o que efetivamente sobra disponível para a
37 Universidade é a reserva de segurança, que são três folhas de pagamento, sendo que já foi
38 aprovado que, dessas três, o valor de uma vai ser liberado para uma outra prioridade importante
39 na Universidade, que é investimento. Investimento que não significa só prédio novo, mas
40 também reformas, troca de ar-condicionado, compra de equipamentos de informática, reforma

1 dos telhados, reforma dos pinotinhos. As demandas da Depi superam R\$500 milhões, a
2 demanda da Prefeitura para continuar a reforma dos telhados e dos pinotinhos supera os R\$55
3 milhões. Não possuem esse valor, por isso entenderam que seria importante trazer uma parte
4 dessas reservas para o investimento, e é isso o que estão fazendo. Com isso, sobram duas folhas
5 de reserva. Estão trabalhando com uma previsão de receita bastante considerável, e se as
6 despesas se realizarem, aprovaram hoje aqui um déficit de R\$350 milhões, que vão ser
7 financiados a partir da reserva disponível. Então, não é uma questão de achar se um benefício
8 é justo ou não é justo; a pergunta que faz para a COP é, com a responsabilidade que ela possui,
9 se pode autorizar um gasto para um outro instrumento, que foi pleiteado nessa carta, que
10 representaria para a Universidade mais R\$90 milhões de despesa imediatamente. Isso partindo
11 do pressuposto, que lhe parece óbvio, de que ninguém quer contingenciar investimento,
12 ninguém quer entrar nos recursos dos estudantes. Não vai entrar no mérito do que é a
13 bonificação, do que é a excelência da Universidade, não é isso que está em discussão aqui. A
14 questão é se possuem condições de autorizar uma despesa adicional de R\$90 milhões, e solicita
15 que não distorçam os números que essa COP traz com seriedade, que a Aeplan traz com
16 seriedade, e que vêm divulgando com seriedade na CAD e no Consu. Não podem chegar para
17 a comunidade e dizer que possuem R\$1,6 bilhão disponível para gastar, porque isso não é
18 verdade; o que existe hoje disponível são duas folhas de pagamento, para um déficit previsto
19 para o exercício de 2025, que, se tudo realizar e tomara que se realize, pode vir a ser de R\$350
20 milhões. Espera que as despesas se realizem e que a receita seja maior do que os R\$182 bilhões.
21 Esta comissão tem tratado esses indicadores da forma mais séria possível, por isso se sente
22 profundamente provocado quando vê distorção em cima dos indicadores. Se quiserem, em cima
23 dos indicadores corretos, tomar outras decisões, é uma decisão soberana aqui. Entretanto, não
24 vão distorcer os indicadores para favorecer uma ou outra decisão. E acha incrível que venha um
25 documento para a COP dizendo que deveriam usar os juros das aplicações financeiras, sendo
26 que aprovaram hoje que estão jogando integralmente os juros nominais dentro da PDO. A
27 receita total da Universidade é composta pelas Receitas do Tesouro, que vão dar quase R\$4
28 bilhões, e daquela receita própria de R\$221 milhões, R\$180 milhões são juros nominais desses
29 recursos que estão aplicados. Não podem inventar que esses recursos estão disponíveis, pois
30 sempre colocam no orçamento os juros da reserva, portanto eles já estão comprometidos.
31 Quando falam de uma previsão de déficit de R\$350 milhões, é incluindo os juros, e essa
32 informação está disponível em todos os documentos. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz
33 que a jornada de lutas que começou em outubro, que já tem conquistas, só foi iniciada por conta
34 da data-base de 2024, em razão da não continuidade da negociação pelo Cruesp, mesmo com o
35 crescimento da arrecadação. A projeção do Fórum das Seis era naquele momento de R\$160
36 bilhões de arrecadação, e a projeção dos reitores era que a arrecadação seria R\$154,2 bilhões,
37 e que não era possível avançar além dos 5%. A partir dessa discussão, foram enviados inúmeros
38 ofícios do Fórum das Seis pedindo reunião técnica a partir de junho, para que analisassem se
39 abril era um ponto fora da curva, como os técnicos do Cruesp colocaram na ocasião. Enviaram
40 ofício no segundo semestre para o presidente do Cruesp, e a resposta foi que não havia fato

1 novo que justificasse pautar a questão salarial novamente. Acompanharam a arrecadação
2 durante todo esse período, sabiam, já em maio, que seria superior a R\$160 bilhões, afirmaram
3 isso na mesa de negociação, mas os reitores ignoraram, para colocar o dinheiro no caixa. Quem
4 trouxe esse debate aqui foram os próprios reitores, ao não atender o que colocaram na questão
5 salarial. Preferiam reajuste salarial do que prêmio, mas se não há reajuste salarial diante de um
6 cenário posto para os três reitores e outras universidades estão aplicando o prêmio, a Unesp deu
7 quatro referências para os servidores, representando R\$300 milhões de investimento na carreira
8 de servidores. Hoje os primos pobres das três universidades são os funcionários da Unicamp, é
9 esse o saldo da gestão do professor Antonio José, por conta de não investir na equiparação das
10 carreiras. A USP deu o prêmio, incluiu R\$190 milhões na carreira, vai fazer produtividade para
11 os docentes. Esses R\$92 milhões que estão propondo são singelos mesmo, representam 56% da
12 aplicação financeira do ano que vem. É um parâmetro de comparação, não significa dizer que
13 estão querendo usar isso. Houve um período, entre 2016 e 2017, naquela crise financeira que
14 as universidades viveram, que houve corte de gratificações, congelamento da carreira por um
15 longo período, depois na pandemia os salários ficaram congelados por dois anos. Com isso, a
16 perda salarial de 2012 até hoje é de mais de 20 salários, e esses R\$10 mil representam muito
17 pouco perto dessa perda que tiveram. O acúmulo dessas reservas foi em função da pandemia,
18 desse arrocho salarial, de não contar o tempo dos servidores de quinquênio, de sexta-parte, da
19 licença-prêmio, uma série de outros itens que deixaram de ser executados nesse período. Além
20 do corte de gratificação de 30% em 2017, até junho de 2019, 15 meses, sendo que há um
21 precatório que o sindicato ganhou só por uma parte, inclusive, para quem é CLT. Então, houve
22 um desinvestimento na carreira do servidor nesse período, houve um corte de salários de muitas
23 pessoas aqui, e o que estão colocando com esse prêmio aqui é que chegou a hora de priorizar
24 as pessoas, algo que está inclusive no programa de gestão do professor Antonio José, priorizar
25 os recursos humanos da Universidade. Os indicadores que estão no documento são os mesmos
26 indicadores que a Fapesp fez em 2019, quando teve a CPI das universidades. Os indicadores
27 são para mostrar que ao longo do período as universidades tiveram um crescimento bem acima
28 do que elas tiveram de retorno financeiro nos termos do percentual de 9,57%, que está
29 congelado desde 1995. O Fórum das Seis só atualizou esses indicadores que estão colocados aí.
30 Propõe que acompanhem a recomposição ao longo do período, e é perfeitamente possível que
31 terminem o exercício com superávit. O SENHOR PRESIDENTE observa que todos estavam
32 acompanhando mensalmente a arrecadação e entendiam que seria superior a R\$154 bilhões. Só
33 que na distribuição orçamentária de 2024 previram R\$350 milhões de déficit, que não se
34 concretizou porque a arrecadação, em vez de R\$154 bilhões, vai ser R\$164 bilhões, e com isso
35 veio para a Unicamp R\$220 milhões a mais, que ainda não cobre os R\$350 milhões. A diferença
36 de R\$130 milhões é o que não conseguiram gastar, o que não é para se comemorar; então, não
37 existe dinheiro sobrando, são despesas represadas. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz
38 que todo ano o orçamento inicia com uma previsão de déficit de R\$300 milhões, depois foi
39 criado o Grupo X, sobre o qual sempre disse que era despesa em duplicidade isso. Acha que
40 despesa de exercício anterior não entra em orçamento, orçamento é o que tem no ano corrente.

1 O SENHOR PRESIDENTE diz que o Grupo X não está incluído no déficit de R\$350 milhões,
2 está separado, tanto que se somar, vai dar R\$600 milhões. Ainda que a arrecadação chegue a
3 R\$190 bilhões, se toda a despesa for realizada, como querem que seja, em 2025, não vai sobrar
4 recurso. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que se fizerem uma comissão de
5 acompanhamento para recompor a reserva nesse aspecto, no curso da execução orçamentária,
6 conseguem pagar o bônus sem mexer com investimento, sem mexer com aplicação financeira,
7 sem mexer com qualquer coisa. Recompõem à medida que a receita nova vai entrando. O estado
8 está discutindo o fim das desonerações, e isso vai compor novas receitas do Estado. Então,
9 propõe que aprovelem o pagamento do prêmio e que criem uma comissão aqui para
10 acompanhamento da recomposição desses valores. No auxílio-saúde vai ter recurso para
11 recompor isso, e em outras despesas que foram apresentadas aqui, do ponto de vista da
12 contratação, que demora para ser feita, do ponto de vista de outras licitações que estão sendo
13 feitas e que não são executadas imediatamente. A Professora SILVIA CRISTINA FRANCO
14 AMARAL, como vice-presidente da ADunicamp, solicita a palavra e faz a leitura de uma carta
15 enviada pela professora Silvia Gatti, presidente da ADunicamp. O Professor HERNANDES
16 FAUSTINO DE CARVALHO solicita a palavra ao professor Marcelo Mori. O Professor
17 MARCELO ALVES DA SILVA MORI diz que é signatário dessa carta porque essa demanda
18 de prêmio chega a ele de forma recorrente, como representante docente, e acha que o
19 encaminhamento da ADunicamp e do STU foi respeitado. O SENHOR PRESIDENTE ressalta
20 que a COP não discute o mérito da bonificação, somente se há recursos ou não, para qualquer
21 instrumento. Trabalham com previsão, o que significa trabalhar com riscos e incertezas, e é em
22 cima disso que a COP é obrigada a tomar algumas decisões. Não há como dizer com toda
23 certeza o que vai ser arrecadado e o que vai ser gasto, por isso apela aqui para o bom senso.
24 Acha que uma reserva de duas folhas de pagamento é confortável, lembrando que a Unicamp
25 nunca trabalhou abaixo de duas folhas de reserva. O Professor RICARDO MIRANDA
26 MARTINS diz que essa proposta seguiu um caminho institucional importante, ela representa o
27 desejo de um grupo de servidores docentes e não docentes, e é assim que fazem política
28 universitária. Como o senhor José Luis mencionou, parte da reserva foi criada com base nas
29 limitações de gastos na época da pandemia, e por questões um pouco fora do controle da
30 Universidade, já que foi promulgada uma lei que não a permitia gastar com quase nada. A
31 reserva alta causa um pouco de preocupação em muitas pessoas, em relação à possibilidade de
32 o governo do estado contingenciar reserva, contingenciar orçamento, como foi feito
33 recentemente com a Fapesp. Para contrapor isso, devem mostrar o desempenho acadêmico, a
34 relevância da Unicamp para a formação de recursos humanos e mostrar sua importância para a
35 sociedade. Acha que se há recursos sobrando na reserva, isso mostra uma incompetência
36 enorme da Universidade, e precisariam, na Copei e na COP, destinar esse recurso para melhoria
37 do *campus* e para a melhoria qualidade do trabalho das pessoas, por meio de contratações,
38 estabelecimento de auxílio-saúde, como fizeram, aumentando os vales. Também preocupa
39 bastante a questão da regra de aposentadoria e da insuficiência financeira. O Professor CÉLIO
40 HIRATUKA diz que a COP tem o papel de tentar equilibrar diversas demandas e visões. As

1 demandas são muito maiores do que talvez o orçamento possa cumprir, mas de alguma maneira
2 têm que ser equilibradas. A demanda por permanência estudantil, que é muito importante, a
3 redução das reservas para duas folhas, que obedeceu a uma demanda do ponto de vista das
4 unidades e da Administração Central por infraestrutura, e, obviamente, a questão de salários e
5 benefícios. Mesmo que possa considerar meritório, não se sente à vontade em aprovar um
6 prêmio, dadas as incertezas que ainda possuem pela frente. A economia está sempre sujeita a
7 imprevistos, a incerteza que os economistas chamam de incerteza radical. O surgimento de uma
8 pandemia, por exemplo, não está em nenhum modelo de previsão econômica, e ter essa margem
9 de segurança os ajuda a ter a flexibilidade necessária para atender ao conjunto de fatores que
10 mantém a Universidade integrada com o objetivo de preservar a sua existência institucional ao
11 longo do tempo. O Professor DIRCEU NORILER diz que não constou na proposta a
12 apresentação de um argumento jurídico que garanta que esse tipo de ação tenha solidez. A
13 Unicamp paga prêmio institucional por desempenho, esse desempenho é avaliado e julgado,
14 mas quando todos ganham um prêmio, ele deixa de ser um prêmio. Há a solicitação da
15 instituição do prêmio inclusive para professores colaboradores, e já teve acesso a pareceres
16 jurídicos que proíbem transferência orçamentária para colaboradores. Portanto, sente-se muito
17 inseguro de fazer uma análise. A análise do ponto de vista financeiro mostra que a situação
18 financeira da Unicamp, embora seja confortável, no momento não é completamente segura.
19 Pode ocorrer uma situação, até em um curto prazo, de necessidade de um controle mais rígido
20 das despesas. Não quer aprovar isso aqui hoje e daqui a cinco anos os servidores terem que
21 devolver esse recurso por uma ação do Ministério Público, do Tribunal de Contas. A Professora
22 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que os itens já aprovados nesta Sessão
23 chegaram à COP devidamente ancoradas e obedecendo a ritos, o que é muito importante.
24 Acredita que o que estão esquecendo neste ponto, ao receber essa carta, é a parte da negociação.
25 A COP é uma comissão de orçamento, assessora do Conselho Universitário, não é uma
26 negociadora de reivindicações salariais, nem de bonificações, nem de valorizações. A carta
27 contém uma análise econômica que se contrapõe ao parecer da gestão, que coloca todo um ônus
28 nas costas da COP e que cria esses sentimentos, como o professor Dirceu colocou, de
29 insegurança jurídica. Acha que o processo foi totalmente desconfigurado, é um caso em que a
30 ordem dos fatores afeta o produto, e como docente sente que foi lesada pelo fato de esse pedido
31 estar na COP e não ter sido devidamente trabalhado no âmbito político primeiro. Acha que esse
32 processo deveria ser retirado, revisto, repensado, porque não possuem problema em tomar
33 decisões quando elas vêm ancoradas na realidade, quando elas vêm juridicamente amparadas.
34 Tendo sido diretora do Imecc, não pode se furtar à ideia de que há um componente político que
35 não avançou e à necessidade de que se respeite o rito em nível econômico também. Acredita
36 que essa carta foi pelo caminho e na forma mais difícil que podia ser; sua proposta é que essa
37 discussão volte ao sindicato, de onde não deveria ter saído até que chegasse a um bom termo.
38 O SENHOR PRESIDENTE faz um apelo de que aguardem para entender como vai ser a
39 evolução das despesas e das receitas ao longo de 2025, antes de pensar em qualquer outro
40 benefício, que todos desejam e merecem. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-

1 LÓPEZ propõe a retirada de pauta e o retorno da matéria aos sindicatos. O senhor JOSÉ LUIS
2 PIO ROMERA diz que a ADunicamp e o STU encaminharam isso em 2023, houve estudo, a
3 Aeplan mandou toda a documentação, o professor Sarti relatou, então está mais do que
4 discutido. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ observa que o
5 fundamento da carta no que se refere à parte econômica, a avaliação do que pode e não pode,
6 está muito divergente com o que a Aeplan avalia. Isso, para ela, compromete a matéria. O
7 SENHOR PRESIDENTE diz que se for uma proposição da professora Verónica, podem votar
8 a retirada de pauta, mas não cabe à COP direcionar a discussão para lugar nenhum. O assunto
9 voltaria na COP de fevereiro de 2025. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA observa que
10 independentemente da votação ou da retirada de pauta, as conversas com os sindicatos
11 continuam, amanhã mesmo já tem reunião do Fórum das Seis. O Professor RICARDO
12 MIRANDA MARTINS acha que seria complicado acrescentar mais R\$90 milhões aos gastos
13 que já foram aprovados. O SENHOR PRESIDENTE submete à votação a retirada de pauta
14 solicitada pela professora Verónica, que é rejeitada com 05 votos contrários e 01 favorável. Em
15 seguida, submete à votação o Informe Aeplan, que é contrário à concessão dos recursos para
16 bonificação no atual exercício e encaminhamento da decisão da COP aos pleiteantes, que é
17 aprovada com 04 votos favoráveis e 02 contrários. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline
18 Marques da Costa, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores
19 Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 28
20 de novembro de 2024.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 173ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 27
de fevereiro de 2025, sem alterações.*